

**Motrisa**<sup>®</sup>

**Sarandi**<sup>®</sup>  
Paixão a cada receita 

CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Demonstrações financeiras dos exercícios findos  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Março/2026



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

## **MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em recuperação judicial**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**

<b>Conteúdo</b>	<b>Páginas</b>
Relatório dos auditores independentes.....	03
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Relatório da Diretoria.....	07 e 08
Balanços patrimoniais.....	09 e 10
Demonstrações do resultado.....	11
Demonstrações do resultado abrangente.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em recuperação judicial

Porto Alegre - RS

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – Motrisa – Em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – Motrisa em Recuperação judicial, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

### **Base para opinião com ressalvas**

#### **Circularização bancária**

As instituições financeiras nas quais a Companhia mantém operações não enviaram as informações solicitadas (Banco do Brasil, Banco Itaú, A4 Fundo de Investimento, Banco do Nordeste do Brasil). A confirmação de saldos constitui numa razoável segurança para consolidação dos procedimentos executados pela auditoria. Devido à falta dessas informações, não podemos concluir satisfatoriamente sobre o efetivo saldo das contas de alguns bancos e, conseqüentemente, da necessidade de eventuais ajustes nas referidas contas e seus possíveis reflexos sobre o Resultado do Exercício, Passivo Circulante e Não Circulante e Patrimônio Líquido.

### **Ênfase**

#### **Recuperação Judicial e Continuidade Operacional**

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial deferido em 02/10/2023 pela 14ª Vara Cível da Comarca de Aracaju. O processo decorreu de dificuldades financeiras significativas, impactadas por fatores macroeconômicos como mudanças climáticas, a redução da oferta de trigo em função do conflito entre Rússia e Ucrânia e a desvalorização cambial, que afetaram sua estrutura de custos e geração de caixa.

O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores (AGC) em 09/10/2024, com 70,52% do total dos créditos, e posteriormente homologado judicialmente em 10/12/2024, encontrando-se atualmente em fase de recurso.

Chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

**Registro Contábil do Deságio:** As demonstrações financeiras não contemplam o efeito do deságio de 90% aprovado na AGC, pois o plano de recuperação judicial não está completamente aprovado, havendo ainda espaço para recursos, conforme posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia.

**Ativo Diferido e Continuidade:** A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 55.341 mil em imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa nº 9). A realização deste ativo, bem como a manutenção da continuidade operacional da Companhia, estão diretamente condicionadas à geração de lucros tributáveis futuros e ao desfecho favorável do processo de recuperação judicial.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 12 de março de 2026.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados  
CRC RS-009034/O



**João Henrique Sperling Lubisco**  
Contador – CRC- RS067.188/O

***Aos Acionistas da Moinhos de Trigo Indígena S.A. – MOTRISA  
Porto Alegre/RS***

***Prezados (as) Senhores (as):***

Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

## **Identidade Organizacional**

### **Nosso Propósito**

Paixão em servir clientes e consumidores.

### **Nossa Missão**

Produzir alimentos com qualidade superior que proporcionem melhoria da qualidade de vida dos consumidores.

### **Nossa Visão - 2034**

Ser reconhecida como a melhor Companhia do ramo de farinhas e derivados do Nordeste Brasileiro.

### **Nossos Valores**

- 1- Ética;
- 2- Respeito;
- 3- Transparência;
- 4- Gostar de pessoas;
- 5- Excelência na execução.

### **Nossas Estratégias**

- 1- Ter as pessoas certas nos lugares certos;
- 2- Fortalecer as marcas;
- 3- Buscar permanente lucratividade;
- 4- Melhorar a eficiência operacional;
- 5- Focar nas necessidades dos clientes e consumidores.

### **Política do Sistema de Gestão**

Satisfazer clientes e consumidores com produtos e serviços que tenham como foco a qualidade e a segurança dos alimentos, o respeito ao meio ambiente, a preservação da segurança dos nossos colaboradores e a melhoria contínua.

### **Panorama Geral**

Em 2025 nossa Companhia enfrentou desafios devido ao aumento dos custos de produção, que não puderam ser totalmente repassados aos consumidores bem como a cessão de capital com a finalidade de financiar nosso posicionamento entre as melhores marcas de farinha do Nordeste Brasileiro.



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

A MOTRISA vem adotando ações constantes para a reestruturação das áreas administrativa, financeira, operacional e comercial a fim de fazer frente às dificuldades que lhe são impostas, inclusive para se adequar à restrição de crédito ocasionada pela Recuperação Judicial.

A Companhia está convicta que as medidas adotadas até o momento, estão em consonância com os objetivos propostos no Plano de Recuperação Judicial, que busca garantir que os 91 anos da MOTRISA, se perpetue com a garantia da qualidade dos seus produtos, com respeito aos clientes, consumidores, colaboradores e fornecedores.

Agradecemos o apoio recebido de V.Sas., de nossos parceiros de negócios, clientes e fornecedores durante o exercício que ora encerra-se, colocando-nos ao seu inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Porto Alegre/RS, 10 de março de 2026.

A Diretoria

---

André Reinaldo  
Diretor Superintendente

---

Marco Aurélio Sobral Furtado  
Diretor Executivo

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

<b>Ativo</b>	<b>(Em Reais)</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>
	<b>Notas</b>			
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4		7.098.991,39	20.524.189,69
Contas a receber de clientes	5		8.750.845,01	11.959.892,75
Estoques	6		20.484.671,59	12.450.246,74
Impostos e contribuições a recuperar	7		23.419.446,29	27.587.224,71
Impostos e contribuições antecipados	8		9.250.351,51	4.006.597,25
Outras contas a receber			1.376.254,97	1.376.254,97
Despesas antecipadas/adiantamentos			3.983.213,89	2.072.260,92
			<b>74.363.774,65</b>	<b>79.976.667,03</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a		56.786.132,79	55.341.450,29
Impostos e contribuições a recuperar	7		125.222.590,43	126.409.123,51
Imóveis à venda	10		6.793.173,71	6.793.173,71
Depósitos judiciais	11		4.439.732,48	3.018.169,90
Partes relacionadas - controlada	12		246.684,80	241.240,76
			<b>193.488.314,21</b>	<b>191.803.158,17</b>
<b>Investimentos</b>	<b>13</b>		<b>4.897,00</b>	<b>4.897,00</b>
<b>Imobilizados</b>	<b>14</b>		<b>18.595.279,65</b>	<b>19.594.877,01</b>
<b>Intangíveis</b>	<b>15</b>		<b>9.318,61</b>	<b>11.659,09</b>
			<b>18.609.495,26</b>	<b>19.611.433,10</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>286.461.584,12</b>	<b>291.391.258,30</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

<b>Passivo</b>	<b>(Em Reais)</b>		
	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	16	23.582.808,91	23.582.808,91
Fornecedores	17	21.933.632,01	21.668.851,56
Obrigações sociais e trabalhistas		902.275,18	863.698,47
Impostos e contribuições a recolher	18	8.713.207,24	15.420.316,92
Outras contas a pagar	19	2.404.945,39	2.841.611,41
		<b>57.536.868,73</b>	<b>64.377.287,27</b>
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	16	84.442.157,63	89.251.105,07
Impostos e contribuições a recolher	18	76.100.748,22	54.847.881,29
Provisões para contingências	20	1.740.974,46	1.761.961,26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	21.765.774,36	18.051.058,16
Outras contas a pagar	19	21.481.902,45	22.139.377,18
Acionistas / Pessoas Físicas	21	151.017,14	151.017,14
		<b>205.682.574,26</b>	<b>186.202.400,10</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>22</b>		
Capital social	22.a	44.000.000,00	44.000.000,00
Reservas de reavaliação	22.b	1.772.970,93	1.809.151,87
Reservas de lucros	22.c.i	-	-
Prejuízos acumulados	22.iv	(22.530.829,80)	(4.997.580,94)
		<b>23.242.141,13</b>	<b>40.811.570,93</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>286.461.584,12</b>	<b>291.391.258,30</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais)**

	Notas	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>89.310.879,78</b>	<b>107.870.451,32</b>
<b>Custos dos produtos vendidos</b>		<b><u>(70.106.889,99)</u></b>	<b><u>(91.450.694,21)</u></b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.203.989,79</b>	<b>16.419.757,11</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas de vendas	25	(12.952.961,62)	(13.359.488,59)
Despesas administrativas	25	(11.002.058,56)	(11.780.993,73)
Honorários da administração	25	(2.115.000,00)	(2.280.000,00)
Despesas tributárias		(1.834.489,99)	(2.426.855,31)
Outras receitas, líquido	26	<u>525.646,12</u>	<u>2.343.368,88</u>
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>(8.174.874,26)</u></b>	<b><u>(11.084.211,64)</u></b>
Receitas financeiras líquidas	27	<u>(7.124.521,84)</u>	<u>(19.485.973,67)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>(15.299.396,10)</u></b>	<b><u>(30.570.185,31)</u></b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.c	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.a e 9.b	<u>(2.270.033,70)</u>	<u>4.428.613,74</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b><u>(17.569.429,80)</u></b>	<b><u>(26.141.571,57)</u></b>
<b>Prejuízo por ação</b>	28	<b>(0,40)</b>	<b>(0,59)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial**  
**Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais)

	2025	2024
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(17.569.429,80)</b>	<b>(26.141.571,57)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>(17.569.429,80)</b>	<b>(26.141.571,57)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em Reais)**

	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de reavaliação / Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros retidos	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>1.845.938,59</b>	<b>6.470.730,35</b>	<b>13.063.142,98</b>	<b>177.425,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>65.557.237,02</b>
Realização da reserva de reavaliação corrente	-	(36.786,72)	-	-	-	-	36.786,72	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	(26.141.571,57)	<b>(26.141.571,57)</b>
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 23.3.2)	-	-	-	6.523.839,33	-	-	(6.523.839,33)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 23.3.4)	-	-	-	-	36.786,72	-	(36.786,72)	-
Reversão de reserva de lucros retidos	-	-	-	-	1.395.905,48	-	-	<b>1.395.905,48</b>
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	(6.470.730,35)	(19.586.982,31)	(1.610.117,30)	-	27.667.829,96	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>1.809.151,87</b>	-	-	-	-	<b>(4.997.580,94)</b>	<b>40.811.570,93</b>
Realização da reserva de reavaliação corrente (nota 22.b)	-	(36.180,94)	-	-	-	-	36.180,94	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	(17.569.429,80)	<b>(17.569.429,80)</b>
Destinação p/reserva de incentivos fiscais (nota 22.iv)	-	-	-	7.639.350,42	-	-	(7.639.350,42)	-
Destinação p/reserva de lucros retidos (nota 22.iv)	-	-	-	-	36.180,94	-	(36.180,94)	-
Utilização de reserva p/ compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(7.639.350,42)	(36.180,94)	-	7.675.531,36	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>1.772.970,93</b>	-	-	-	-	<b>(22.530.829,80)</b>	<b>23.242.141,13</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA – Em Recuperação Judicial**  
**Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)**  
**dos exercícios findo sem 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em Reais)

	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(17.569.429,80)</b>	<b>(26.141.571,57)</b>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.224.261,78	1.263.827,88
Custo na venda/baixa/transferências de ativos imobilizados e intangíveis	1.558.123,57	473.713,52
Atualização dos financiamentos e empréstimos	(4.808.947,44)	18.927.583,24
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	3.209.047,74	767.579,07
(Aumento) redução nos estoques	(8.034.424,85)	3.323.968,80
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(1.334.125,26)	(9.943.345,69)
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(3.332.515,55)	10.701.263,79
Aumento (redução) em fornecedores	264.780,45	(90.077,76)
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	18.260.473,45	13.321.391,23
Eliminação dos efeitos dos ajustes de exercícios anteriores - Res. Lucros Retidos e a Realizar	-	1.395.905,48
Aumento (redução) em acionistas, contas a pagar e provisões	(1.076.550,84)	(467.607,68)
<b>Disponibilidade líquida proveniente nas atividades operacionais</b>	<b>(11.639.306,75)</b>	<b>13.532.630,31</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições/Transferências de imobilizado e intangível	(1.780.447,51)	(688.166,23)
Partes relacionadas - controlada	(5.444,04)	(125.589,86)
<b>Disponibilidade líquida aplicada nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.785.891,55)</b>	<b>(813.756,09)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	349.432,64
<b>Disponibilidade líquida proveniente atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>349.432,64</b>
	<b>(13.425.198,30)</b>	<b>13.068.306,86</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades</b>		
No início do exercício	20.524.189,69	7.455.882,83
No fim do exercício	7.098.991,39	20.524.189,69
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.425.198,30)</b>	<b>13.068.306,86</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### 1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e completou **91 anos** em 25 de junho de 2025, com sede em Porto Alegre/RS e filiais em Aracaju/SE, Salvador/BA, Maceió/AL e Cabo de Santo Agostinho/PE.

Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estes massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades.

#### 1.1 Recuperação Judicial

A forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, provocados pelas (i) mudanças climáticas, (ii) redução da oferta em função da guerra entre a Rússia e Ucrânia e (iii) pela desvalorização do Real frente ao Dólar com impacto direto nos custos haja vista que o Brasil não é autossuficiente na produção desta commodity, impactou significativamente a estrutura de custos e a geração de caixa da Motrisa, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte que a Administração da Companhia entrou com pedido de recuperação judicial de forma a manter a continuidade das suas operações. Em 02 de outubro de 2023 o Juiz da 14ª Cível de Aracaju/SE deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Motrisa sob número 202311401823.

Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial:

- A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023.
- O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R\$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano.
- Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas.
- Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

- Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas.
- A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais.

Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça).

Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso, sem efeito suspensivo e, assim, sem nenhum impedimento ao regular curso e efeitos legais do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores.

Em 31/12/2025, as Demonstrações Financeiras apresentadas não contemplam os efeitos do deságio de 90% (noventa por cento) aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Não reconhecemos o deságio, conforme instrução recebida da nossa contratada Zulmar Neves Advocacia, assessoria contábil, societária e tributária.

### 1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 17.569.429,80, possui um passivo circulante de R\$ 57.536.868,73 e não circulante de R\$ 205.682.574,26, tendo na sua composição a maioria originada de financiamentos e empréstimos, inclusive de uma dívida em dólares norte-americanos no valor de US\$ 9,5 milhões e apresenta necessidade de obtenção de capital de giro para cumprir com seus compromissos operacionais.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deve-se, principalmente a: i) elevadas despesas financeiras (juros) decorrentes de parcelamentos de impostos estaduais; ii) cessão de capital de giro para financiar a participação mercadológica.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado e homologado, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das companhias do Grupo Motrisa. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### 1.3 Preço base do trigo

Em 2025, o mercado global de trigo foi marcado por oferta elevada devido a alta produtividade, todavia menor qualidade, sustentando estoques confortáveis e uma relação estoque/consumo estável em torno de 33 %, pressionando os preços internacionais para baixo, estimulando exportações competitivas de países como EUA e Argentina. A baixa do dólar em 2025 tornou o trigo importado mais barato, contribuindo para preços domésticos moderados em relação a 2024. O consumo de trigo importado pela Motrisa em 2025 foi de aproximadamente 70%, o percentual restante foi participação do saldo remanescente de trigo nacional.

## 2. Base de Preparação

### 2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 10 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### 2.2 Base de mensuração e moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em “Reais” (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3 Determinação do Valor Justo

A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico.

## 3. Descrição das Principais Políticas Contábeis

### a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

### b. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. As perdas de créditos são periodicamente avaliadas e apuradas para baixa direta em conta de resultado.

### c. Usos de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas.

### d. Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

### e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

### f. Ajustes a valor presente

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo, decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante, para registro contábil.

### g. Investimento em controlada

As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais. Em 2025 e 2024 não foi reconhecido a equivalência patrimonial, pois a controlada Sarandi Alimentos S.A. está inoperante.

### h. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e reavaliações efetuadas, deduzida das respectivas depreciações calculadas pelo método linear com base nas taxas fiscais da legislação do imposto de renda, conforme demonstrativo na nota explicativa nº 14. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração de resultado. Em 10 de setembro de 2020 a Diretoria da Companhia contratou a companhia Ibiaeon Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda. para implantar rotinas, normas e procedimentos; levantamento físico; conversão de dados; conciliação físico-contábil; saneamento base de dados; fornecimento de etiquetas de alumínio com QR CODE; avaliação de contas de investimentos; e teste de impairment (recuperabilidade) para atendimento a Lei 11.638/2007 e os CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o CPC 27 Ativo Imobilizado, entretanto, pela complexidade do projeto não foi possível concluir dentro do exercício 2020, portanto, os efeitos foram reconhecidos no exercício de 2022.

### i. Intangível

Ativos intangíveis compreendem desenvolvimento tecnológico e de produtos, direitos de usos de softwares e marcas e patentes. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear conforme nota explicativa nº 15.

### j. Imposto de renda e contribuição social

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

### **(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, no ativo ou no passivo não circulante, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada no balanço patrimonial líquida das antecipações de impostos pagos durante o exercício.

### **k. Empréstimos e financiamentos**

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com as instituições financeiras, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro-rata-temporis), os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

### **l. Parcelamentos**

Os saldos dos parcelamentos tributários junto a SEFAZ – Secretarias de Fazenda se referem ao ICMS e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações. A companhia aderiu ao reparcelamento em maior número de parcelas, concedidas pelo fisco em função da condição dada a contribuintes em recuperação judicial. No exercício de 2025 a companhia aderiu ao Termo de Transação Tributária junto à PGE/SE referente aos parcelamentos do ICMS do Estado de Sergipe.

### **m. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)****n. Reconhecimento das receitas**

A receita de vendas está apresentada líquida, ou seja, não inclui os tributos e as devoluções incidentes sobre as mesmas. A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculadas a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

**o. Ativo não circulante mantido para a venda**

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. A mensuração segue o critério pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por Impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

**p. Subvenção governamental**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições impostas pelas práticas contábeis. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa	1.217,01	4.115,71
Bancos	4.272.797,71	19.318.929,49
Aplicações financeiras	2.824.976,67	1.201.144,49
<b>Total</b>	<b>7.098.991,39</b>	<b>20.524.189,69</b>

Em 2025 foram realizadas aplicações financeiras do saldo em conta corrente a taxa média de 100% do CDI-Cetip. Em 2024 as taxas variaram de 2% a 15% do CDI-Cetip por tratarem-se de aplicações automáticas.

Em 31/12/2025 continuamos com o valor de R\$ 4.270.669,12 retidos junto ao Banco do Brasil S.A.

**5. Contas a receber de clientes**

Abertura do contas a receber de clientes por faixa de vencimento.

CNPJ Nº 88.447.032/0001-80

NIRE 43300007766

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

<b>Vencidos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
até 30 dias	117.739,64	602.409,88
acima de 30 dias	28.611,37	412.124,70
<b>Total de títulos vencidos</b>	<b>146.351,01</b>	<b>1.014.534,58</b>

<b>A Vencer</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
até 30 dias	6.727.399,05	8.625.941,77
acima de 30 dias	1.877.094,95	2.319.416,40
<b>Total de títulos a vencer</b>	<b>8.604.494,00</b>	<b>10.945.358,17</b>

<b>Total a receber de clientes</b>	<b>8.750.845,01</b>	<b>11.959.892,75</b>
------------------------------------	---------------------	----------------------

Anualmente a Administração da Companhia efetua uma análise individual de títulos de créditos vencidos há longa data e dos históricos de inadimplência para reconhecimento das baixas por perdas de crédito diretamente no resultado do exercício. Em 2025 foi reconhecido como perdas de créditos o montante R\$ 78.713,24 (R\$ 116.640,02 em 2024).

**6. Estoques**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Produtos acabados	475.003,81	304.043,60
Mercadorias	99,48	142,59
Produtos em elaboração	921.036,34	261.140,62
Matéria prima	11.277.481,16	4.371.144,40
Materiais secundários	1.493.745,06	1.406.511,25
Materiais e insumos em poder de terceiros	4.068.098,49	3.966.927,21
Embalagens	824.893,03	874.165,82
Materiais de consumo	667.656,01	640.555,24
Mercadorias em trânsito	756.658,21	625.616,01
<b>Total</b>	<b>20.484.671,59</b>	<b>12.450.246,74</b>

Os estoques encontram-se livres de ônus ou garantias.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**7. Impostos e contribuições a recuperar (circulante e não circulante)**

Descrição	2025	2024
ICMS (a)	20.390.138,69	23.846.227,83
INSS	19.823,44	24.826,37
Tributos diversos	121.632,73	74.949,75
PIS	42.852,18	254.017,29
COFINS	197.347,21	739.551,43
Tributos recolhidos a maior (f)	52.551,59	52.551,59
Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (g)	2.595.100,45	2.595.100,45
<b>Total circulante</b>	<b>23.419.446,29</b>	<b>27.587.224,71</b>

Descrição	2025	2024
ICMS (a)	9.197.005,96	9.181.348,00
ICMS BA, PE e SE sobre o farelo de trigo (c)	102.849.140,31	102.849.140,31
PIS ressarcimento (d)	1.300.798,51	1.300.798,51
COFINS ressarcimento (d)	6.157.619,49	6.157.619,49
(-) Provisão PIS/COFINS ressarcimento (d)	(3.225.564,02)	(3.225.564,02)
PIS semestralidade (e)	2.022.083,43	2.022.083,43
Exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (g)	5.348.635,94	6.550.826,98
Imposto de importação a restituir (b)	1.572.870,81	1.572.870,81
<b>Total não circulante</b>	<b>125.222.590,43</b>	<b>126.409.123,51</b>

São oriundos das atividades correntes da Companhia.

- a) Em 2015 a Companhia reconheceu crédito de Imposto de Importação recolhidos em 1992 a 1995 referente à importação de trigo em grãos provenientes da Argentina no valor atualizado de R\$ 5.134.928,66. Em dezembro de 2016 foi recebido o valor de R\$ 4.189.312,52 ficando um saldo remanescente a receber de R\$ 1.572.870,81 com a última atualização em 31/12/2022. Desde 2023 adotamos o critério de atualização no momento da realização do crédito, e assim da mesma forma para 2025.
- b) Em 2017 foi reconhecido no ativo não circulante o processo transitado em julgado da restituição de ICMS PE sobre o farelo de trigo. Atualmente estão em fase de negociação com o Governo de PE para fins de utilização/compensação do crédito com os débitos gerados da operação mensal. Registramos em 2023 a título de atualização do processo o valor de R\$ 4.429.723,95, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 31.331.964,45. Em 2024 adotamos o critério de atualização no momento da realização do crédito, portanto não atualizamos o valor para esse exercício. Em 2025 continuamos com o mesmo critério.

Em novembro de 2020, foi transitado em julgado e reconhecido nos registros contábeis o processo da mesma natureza, no Estado de Sergipe, sendo registrado em 2021 R\$ 3.247.960,93 a título de receita financeira. Registramos em 2023 a título de atualização do processo o valor de R\$ 8.165.344,61, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 64.943.233,36. Em 2024 adotamos o critério de atualização no momento da realização do

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

crédito, portanto não atualizamos o valor para esse exercício. Em 2025 continuamos com o mesmo critério.

Em outubro de 2022, foi transitado em julgado e reconhecido nos registros contábeis o processo da mesma natureza, no Estado da Bahia, sendo registrado no exercício o valor de R\$ 3.109.871,16 a título de receita financeira, totalizando o crédito em 31/12/2022 o valor de R\$ 5.495.126,27. Registramos em 2023 a título de atualização do processo o valor de R\$ 1.078.816,23, totalizando o crédito em 31/12/2023 o valor de R\$ 6.573.942,50. Em 2024 adotamos o critério de atualização no momento da realização do crédito, portanto não atualizamos o valor para esse exercício. Em 2025 continuamos com o mesmo critério.

Ainda existem outros processos com as mesmas características, originados de restituição do ICMS sobre o farelo /de trigo nos Estados, da Paraíba e Rio Grande do Norte, porém não foram transitados em julgado.

- c) No exercício de 2017 a Administração da companhia decidiu reconhecer uma provisão para perda do ativo não circulante sobre os créditos constituídos das contribuições do PIS/COFINS ressarcimento no montante de R\$ 3.225.564,02, pois a perspectiva de realização desse ativo é remota com base nas últimas decisões administrativas da RFB. A companhia já ingressou com os pedidos de ressarcimento para o saldo remanescente de R\$ 4.203.117,30, os quais foram analisados pela RFB e glosados na integralidade, portanto, a Administração protocolou petição de manifestação de inconformidade na Delegacia da RFB de Porto Alegre/RS e sem análise até o momento. Provavelmente essa questão será matéria de discussão perante o CARF.
- d) A Companhia registrou o crédito de PIS Semestralidade no valor atualizado conforme habilitação de crédito reconhecido por decisão transitada em julgado em 27 de março de 2006 e ciência da Companhia somente em 24 de agosto de 2011. O crédito foi contabilizado no longo prazo, pois a Justiça determinou a compensação com débito de mesma natureza, ou seja, somente com débito de PIS. Atualmente a Companhia não tem expectativa de realização do crédito no curto prazo, pois mensalmente são apurados mais créditos do que débitos de PIS.
- e) Oriundo de recálculo nas apurações de IRPJ/CSLL dos exercícios de 2016 e 2017, excluindo da base de cálculo o Crédito Presumido de ICMS considerado Subvenção para Investimentos conforme LC 160/2017, art. 30 da Lei 12.973/2014 e Convênio ICMS 190/2017, tal planejamento tributário gerou IRPJ/CSLL pagos a maior e Saldos Negativos, totalizando ambas as operações o valor de R\$ 2.418.671,57 e em contrapartida foi registrado no resultado na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente. Também compõe o saldo, valor de ICMS/ST pago a maior, aguardando deferimento do processo de autorização para compensação. Restando um saldo a compensar na conta de R\$ 52.551,59.
- Em 18/09/2020 transitou em julgado no TRF da 4ª região o processo nº 5003262-12.2010.4.04.7100 referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da Companhia Moinhos de Trigo Indígena S.A. - MOTRISA., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de janeiro/2011 a dezembro/2020, no valor de R\$ 4.372.497,29 e em contrapartida no resultado na linha de outras receitas (despesas) o valor principal de R\$ 2.928.448,76 e os juros de R\$ 1.444.048,53 na linha receitas (despesas)

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

financeiras líquidas conforme demonstrado nas notas explicativas 27 e 28 respectivamente. Em 2025 registramos atualização do crédito em R\$ 578.987,32, compensamos R\$ 1.781.178,36, remanescendo o saldo de R\$ 7.943.736,39.

Em 06/02/2019 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0002010-03.2010.4.05.8500 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da Companhia incorporada em dezembro/2010 Moinho de Sergipe S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de abril/2005 a dezembro/2010.

Em 13/12/2018 transitou em julgado no TRF da 5ª região o processo nº 0001310-72.2010.4.05.8000 - referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS da Companhia incorporada em dezembro/2010 Moinho Motrisa S.A., portanto, o levantamento dos valores foi realizado no período de fevereiro/2005 a dezembro/2010.

A Companhia atualiza mensalmente os processos pela *Taxa Selic*.

### 8. Impostos e contribuições antecipados

ICMS sobre a matéria-prima “Trigo” recolhido por substituição tributária no Estado de Sergipe.

Descrição	2025	2024
ICMS próprio e substituto	9.243.695,85	3.578.268,47
Demais tributos	6.655,66	428.328,78
<b>Total</b>	<b>9.250.351,51</b>	<b>4.006.597,25</b>

### 9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos tributários futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, em conformidade com o CPC 32. A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração. Em 2023 para sustentar a manutenção do crédito, a companhia contratou a companhia H&P Finance Solution para elaboração do Teste de Impairment, com apresentação do laudo de avaliação dos referidos tributos. A mesma companhia H&P Finance Solution, elaborou a atualização do laudo para o exercício de 2024, sustentando o critério para o exercício de 2025.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### a. Impostos e contribuições diferidos - ativos

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para honorários advocatícios	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83	1.097.894,83
Provisão para processos trabalhistas	556.170,29	556.170,29	577.157,09	577.157,09
Provisão para processos cíveis	86.909,34	86.909,34	86.909,34	86.909,34
Comissões retidas no ano	94.173,61	94.173,61	134.901,83	134.901,83
Variação cambial passiva	76.657.463,95	76.657.463,95	72.346.682,80	72.346.682,80
( - ) Variação cambial passiva - operações liquidadas	(2.978.940,79)	(2.978.940,79)	(2.978.940,79)	(2.978.940,79)
Prejuízos fiscais/Base negativa	90.912.333,33	93.148.902,14	90.912.333,33	93.148.902,14
<b>Base de cálculo</b>	<b>166.426.004,56</b>	<b>168.662.573,37</b>	<b>162.176.938,43</b>	<b>164.413.507,24</b>
IRPJ alíquota 15%	24.963.900,73	-	24.326.540,77	-
IRPJ adicional alíquota 10%	16.642.600,46	-	16.217.693,86	-
CSLL alíquota 9%	-	15.179.631,60	-	14.797.215,65
<b>Total</b>	<b>41.606.501,19</b>	<b>15.179.631,60</b>	<b>40.544.234,64</b>	<b>14.797.215,65</b>

Descrição	2025	2024
IRPJ	24.963.900,73	24.326.540,77
IRPJ adicional	16.642.600,46	16.217.693,86
CSLL	15.179.631,60	14.797.215,65
<b>Total</b>	<b>56.786.132,79</b>	<b>55.341.450,29</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, as quais estão baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras, econômicas e de negócios, as quais estão sujeitas as incertezas de mercado.

A projeção foi sustentada pelo laudo de teste de *impairment* realizado pela companhia H&P Finance Solution, com previsão de realização em até 15 anos.

### b. Impostos e contribuições diferidos – passivos

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reserva de reavaliação em 1999	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96	7.569.749,96
Terrenos reavaliados em 1999	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02	1.245.298,02
Variação cambial ativa	60.901.006,01	60.901.006,01	49.920.550,26	49.920.550,26
( - ) Variação cambial ativa operações liquidadas	(15.456,69)	(15.456,69)	(15.456,69)	(15.456,69)
Realização da reserva de reavaliação anos anteriores	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)	(5.240.131,47)
Realização da reserva de reavaliação ano corrente	(372.893,98)	(372.893,98)	(318.074,36)	(318.074,36)
<b>Base de cálculo</b>	<b>64.087.571,85</b>	<b>64.087.571,85</b>	<b>53.161.935,72</b>	<b>53.161.935,72</b>
IRPJ alíquota 15%	9.613.135,70	-	7.974.290,34	-
IRPJ adicional alíquota 10%	6.384.757,19	-	5.292.193,55	-
CSLL alíquota 9%	-	5.767.881,48	-	4.784.574,29
<b>Total</b>	<b>15.997.892,88</b>	<b>5.767.881,48</b>	<b>13.266.483,89</b>	<b>4.784.574,29</b>

Descrição	2025	2024
IRPJ	9.613.135,70	7.974.290,33
IRPJ adicional	6.384.757,19	5.292.193,54
CSLL	5.767.881,48	4.784.574,29
<b>Total</b>	<b>21.765.774,36</b>	<b>18.051.058,16</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### c. Imposto de renda e contribuição social - corrente

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Conciliação</b>				
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(15.299.396,10)	(15.299.396,10)	(30.570.185,31)	(30.570.185,31)
<b>Adições</b>				
Reserva de reavaliação de imóveis	54.819,62	54.819,62	55.737,48	55.737,48
Varição cambial passiva	4.310.781,15	4.310.781,15	15.129.788,02	15.129.788,02
Outras adições	109.713,19	109.713,19	147.477,34	147.477,34
<b>Exclusões</b>				
Varição cambial ativa	(10.980.579,85)	(10.980.579,85)	(2.068.865,59)	(2.068.865,59)
Outras exclusões	(603.941,24)	(603.941,24)	(1.590.255,46)	(1.590.255,46)
Prejuízo fiscal	(22.408.603,23)	(22.408.603,23)	(18.896.303,52)	(18.896.303,52)
(-) COMPENS.C/PREJ.FISCAIS (Limit.a 30%)	-	-	-	-
(=) LUCRO REAL	(22.408.603,23)	(22.408.603,23)	(18.896.303,52)	(18.896.303,52)
<b>IRPJ APURADO:</b>				
À Alíquota de 15%	-	-	-	-
Adicional	-	-	-	-
(-) PAT	-	-	-	-
<b>IRPJ DEVIDO ACUMULADO</b>	-	-	-	-
<b>CSLL DEVIDA ACUMULADA</b>	-	-	-	-

### 10. Imóveis à venda

Descrição	2025	2024
Terreno - São Gonçalo do Amarante/CE	129.252,70	129.252,70
Terreno - Tucano/BA	34.400,00	34.400,00
Terrenos/Prédios - Murici/AL	6.629.521,01	6.629.521,01
<b>Total</b>	<b>6.793.173,71</b>	<b>6.793.173,71</b>

Terrenos recebidos como dação de dívidas / acordos judiciais e colocados à venda pela Companhia.

### 11. Depósitos judiciais

Descrição	2025	2024
Processos trabalhistas	482.842,42	503.829,22
Processos fiscais	1.770.249,73	1.770.249,73
Processos previdenciárias	209.624,83	209.624,83
Processos cíveis	1.977.015,50	534.466,12
<b>Total</b>	<b>4.439.732,48</b>	<b>3.018.169,90</b>

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

A Companhia está contestando alguns processos nas esferas, trabalhista, tributária, previdenciária e cível, cuja exigibilidade está em discussão. Foi registrado em 2025 o valor correspondente ao leilão parcial da frota da companhia, depositado judicialmente os valores para destinação de pagamentos dos credores trabalhistas.

### **12. Partes relacionadas**

A realização deste ativo depende da concretização do projeto de revitalização a ser executado durante os próximos exercícios sociais, portanto, a Administração decidiu provisionar o valor parcialmente, pois não existe uma real perspectiva de realização deste ativo. O saldo em 31/12/2025 é de R\$ 246.684,80 (em 2024 era de R\$ 241.240,76).

### **13. Investimento**

A Companhia possui 99,2933% de participação na controlada Sarandi Alimentos S.A., no entanto, por falta de perspectiva de realização desse ativo e o atual estágio da companhia inoperante, em 2025 e 2024 não foi reconhecido à equivalência patrimonial do investimento. O saldo em 31/12/2025 é de R\$ 4.897,00 (em 2024 era de R\$ 4.897,00).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### 14. Imobilizado

Composição dos saldos			<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>		Taxas médias anuais de depreciação %
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>			
Terras e Terrenos	R\$ 3.321.238,15	-	R\$ 3.321.238,15	R\$ 3.321.238,15	R\$ -		
Edificações e Construções	R\$ 8.218.353,48	R\$ (6.086.907,83)	R\$ 2.131.445,65	R\$ 2.356.393,13	R\$ 2.356.393,13	2,92%	
Instalações e Benfeitorias	R\$ 15.751.779,36	R\$ (7.065.042,51)	R\$ 8.686.736,85	R\$ 9.071.100,61	R\$ 9.071.100,61	2,92%	
Máquinas e Equipamentos	R\$ 24.024.552,38	R\$ (20.854.734,43)	R\$ 3.169.817,95	R\$ 3.549.052,13	R\$ 3.549.052,13	6,67%	
Móveis e Utensílios	R\$ 1.106.389,27	R\$ (956.247,20)	R\$ 150.142,07	R\$ 179.498,73	R\$ 179.498,73	6,67%	
Veículos	R\$ 816.808,40	R\$ (803.277,75)	R\$ 13.530,65	R\$ 12.553,37	R\$ 12.553,37	6,67%	
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 1.146.517,73	R\$ (1.037.091,06)	R\$ 109.426,67	R\$ 134.650,64	R\$ 134.650,64	6,67%	
Outras Imobilizações	R\$ 75.786,40	R\$ (12.047,06)	R\$ 63.739,34	R\$ 63.792,98	R\$ 63.792,98	3,33%	
Obras em Andamento	R\$ 949.202,32	-	R\$ 949.202,32	R\$ 906.597,27	R\$ 906.597,27		
	<b>R\$ 55.410.627,49</b>	<b>R\$ (36.815.347,84)</b>	<b>R\$ 18.595.279,65</b>	<b>R\$ 19.594.877,01</b>	<b>R\$ 19.594.877,01</b>		

#### Movimentação do Imobilizado

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2025</u>
Terras e Terrenos	R\$ 3.321.238,15	-	-	-	R\$ 3.321.238,15
Edificações e Construções	R\$ 2.356.393,13	R\$ 37.168,91	R\$ (37.363,91)	R\$ (224.752,48)	R\$ 2.131.445,65
Instalações e Benfeitorias	R\$ 9.071.100,61	-	-	R\$ (384.363,76)	R\$ 8.686.736,85
Máquinas e Equipamentos	R\$ 3.549.052,13	R\$ 1.600.853,23	R\$ (1.424.751,19)	R\$ (555.336,22)	R\$ 3.169.817,95
Móveis e Utensílios	R\$ 179.498,73	R\$ 12.185,28	R\$ (10.582,27)	R\$ (30.959,67)	R\$ 150.142,07
Veículos	R\$ 12.553,37	R\$ 45.296,22	R\$ (43.152,00)	R\$ (1.166,94)	R\$ 13.530,65
Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 134.650,64	R\$ 26.521,03	R\$ (26.456,41)	R\$ (25.288,59)	R\$ 109.426,67
Outras Imobilizações	R\$ 63.792,98	-	-	R\$ (53,64)	R\$ 63.739,34
Obras em Andamento	R\$ 906.597,27	R\$ 58.422,84	R\$ (15.817,79)	-	R\$ 949.202,32
	<b>R\$ 19.594.877,01</b>	<b>R\$ 1.780.447,51</b>	<b>R\$ (1.558.123,57)</b>	<b>R\$ (1.221.921,30)</b>	<b>R\$ 18.595.279,65</b>

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

**(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

O Parque Industrial de Maceió/AL composto por terrenos, edificações e benfeitorias, estão em garantia junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., e em relação ao Parque Industrial de Aracaju/SE composto por terrenos, edificações, benfeitorias e máquinas, estão em garantia junto ao fornecedor Cargill Incorporated.

Em 2021 foram feitos os levantamentos físicos e confrontados com a contabilidade, gerando baixas em virtude de sobras contábeis. Na conta dos bens foram efetuadas as baixas em virtude das sobras no valor de R\$ 6.867.065,93, em contra partida por essas baixas foram carregadas também a baixa da Depreciação Acumulada no valor de R\$ 5.999.674,37, trazendo para o resultado do exercício o valor de R\$ 867.391,56 positivamente. Adotamos as novas taxas de depreciação em consequência da nova estimativa de vida útil dos bens, levantadas pela Companhia contratada IBIAEON Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática, implantando os valores no novo Módulo do Sistema TOTVS no Mês de Abril/2021, computando os cálculos às novas taxas a partir do Mês de Maio/2021, gerando reversão de depreciação lançada anteriormente a maior no resultado, no valor de R\$ 962.128,53. Finalizando, o efeito positivo da adequação do imobilizado às novas taxas e aos bens existentes resultou em R\$ 94.736,97 no exercício.

Diante do trabalho desenvolvido de adequação do imobilizado, a despesa de depreciação para os próximos exercícios reduzirá aproximadamente R\$ 115.422,17 ao mês.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

### 15. Intangível

#### Composição dos saldos

			<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>		Taxas médias anuais de amortização %
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		<u>Líquido</u>		
Desenvolvimento Tecnológico	R\$ 76.762,07	R\$ (76.762,07)	-	-	-	-	20%
Desenvolvimento de Produtos	R\$ 327.958,40	R\$ (327.958,40)	-	-	-	-	20%
Softwares	R\$ 985.016,64	R\$ (983.918,03)	R\$ 1.098,61	R\$ 3.439,09	R\$ 3.439,09		20%
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	-	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00	R\$ 8.220,00		-
	<b>R\$ 1.397.957,11</b>	<b>R\$ (1.388.638,50)</b>	<b>R\$ 9.318,61</b>	<b>R\$ 11.659,09</b>	<b>R\$ 11.659,09</b>		

#### Movimentação do Intangível

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Baixas e transferências</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2025</u>
Desenvolvimento de Produtos	-	-	-	-	-
Softwares	R\$ 3.439,09	-	-	R\$ (2.340,48)	R\$ 1.098,61
Marcas e Patentes	R\$ 8.220,00	-	-	-	R\$ 8.220,00
	<b>R\$ 11.659,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>R\$ (2.340,48)</b>	<b>R\$ 9.318,61</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)****16. Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)**

O saldo corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Após o protocolo e deferimento do pedido de recuperação judicial, as amortizações foram suspensas, até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Produtos Financeiros</u>	<u>Taxas</u>	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Banco Itaú Unibanco S.A.	Empréstimo	9,60 % a.a.	3.151.761,67	12.607.046,68	3.151.761,67	12.607.046,69
Banco do Brasil S.A.	Finame	3,50 % a.a.	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	Empréstimo	CDI + 5,6% a.a.	3.150.000,00	13.399.188,35	3.150.000,00	12.729.122,55
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Empréstimo FNE e RECIN	CDI + 4,9070 % a.a.	6.661.731,02	12.423.428,62	6.661.731,02	12.423.428,62
Cargil Incorporated	Contrato de Confissão de Dívidas	3,25% a.a. + VC	10.619.316,22	46.012.493,98	10.619.316,22	51.491.507,21
			<b>23.582.808,91</b>	<b>84.442.157,63</b>	<b>23.582.808,91</b>	<b>89.251.105,07</b>

Os financiamentos apresentam o vencimento final de 2023 até 2028.

Em 31/12/2025, as garantias dos financiamentos e os empréstimos continuam sendo respectivamente os próprios bens alienados, garantia hipotecária e os avais dos diretores executivos, esse último em 31/12/2023.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**17. Fornecedores**

Descrição	2025	2024
Fornecedores nacionais	21.933.632,01	21.668.851,56
<b>Total</b>	<b>21.933.632,01</b>	<b>21.668.851,56</b>

**18. Impostos e contribuições a recolher (circulante e não circulante)**

Descrição	2025	2024
Municipal	8.864,49	7.290,15
Estadual (a)	172.056,99	870.359,51
Parcelamentos estaduais/federais (b)	7.566.087,69	13.674.020,65
Federal	966.198,07	868.646,61
<b>Total circulante</b>	<b>8.713.207,24</b>	<b>15.420.316,92</b>

Descrição	2025	2024
Parcelamentos estaduais/federais (b)	76.100.748,22	54.847.881,29
<b>Total não circulante</b>	<b>76.100.748,22</b>	<b>54.847.881,29</b>

(a) A sistemática de apuração do ICMS sobre aquisição de trigo, se dá na conta corrente, com o ICMS Devido a cada aquisição e os abatimentos referente à partilha realizada para cada Estado, e retorna a sua natureza credora quando do recebimento de cargas de trigo com novo ICMS devido registrado a crédito da conta e computando o direito de abater o que foi recolhido (devido) através dos repasses para Outros Estados.

(b) Os parcelamentos de ICMS sobre a importação do “Trigo” são atualizados pela Taxa Selic e apresentam o vencimento final de 2026 a 2040.

**19. Outras contas a pagar**

Descrição	2025	2024
Honorários s/exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	1.203.115,90	1.203.115,90
Demais contas a pagar	1.201.829,49	1.638.495,51
<b>Total circulante</b>	<b>2.404.945,39</b>	<b>2.841.611,41</b>

Descrição	2025	2024
Honorários s/recuperação do ICMS BA, PE e SE s/farelo de trigo	17.160.039,12	17.160.039,12
Honorários s/exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS	353.884,76	523.165,41
Honorários processos A.I. SEFAZ/SE e Eletrobrás indêbito	3.930.403,51	3.930.403,51
Demais contas a pagar	37.575,06	525.769,14
<b>Total não circulante</b>	<b>21.481.902,45</b>	<b>22.139.377,18</b>

A Companhia nesse exercício continuou com o mesmo critério de não registrar honorários advocatícios de êxito em processos de Recuperação do ICMS BA, PE e SE s/farelo de trigo, bem como sobre processo referente à Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS, pelo

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

reconhecimento dos créditos transitado em julgado, por não ter atualizado os créditos, adotando a sistemática de atualizar quando da realização dos mesmos.

**20. Provisões para contingências**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Trabalhistas (a)	556.170,29	577.157,09
Cíveis (b)	86.909,34	86.909,34
Honorários advocatícios (c)	1.097.894,83	1.097.894,83
<b>Total</b>	<b>1.740.974,46</b>	<b>1.761.961,26</b>

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas, tributárias, previdenciárias e cíveis. As ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, em conta vinculada, classificada no Ativo Não Circulante.

- As provisões trabalhistas envolvem principalmente reclamações de horas extras, adicionais e vínculo empregatício.
- Estão relacionadas a processos indenizatórios na esfera Cível.
- A provisão de honorários advocatícios corresponde ao percentual do ganho sobre os processos que são considerados como perda remota pelos consultores jurídicos.

A Companhia também possui outras ações judiciais em andamento que de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos foram consideradas com probabilidade de perda possível, que em 31 de dezembro de 2025 totalizavam o montante de aproximadamente R\$ 53.669.916,00

**21. Acionistas / pessoas físicas**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Conta corrente	255,00	255,00
Dividendos e JSCP não retirados	150.762,14	150.762,14
<b>Total</b>	<b>151.017,14</b>	<b>151.017,14</b>

**22. Patrimônio líquido e destinação de resultados****a. Capital Social**

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado e representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**b. Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da Companhia em 1999 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, o valor registrado é

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

de R\$ 8.815.047,98 sendo sua realização acumulada de R\$ 5.613.025,45 em 2025 (R\$ 5.558.205,83 em 2024). O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante, sendo sua realização acumulada de R\$ 1.199.597,28 em 2025 (R\$ 1.180.958,60 em 2024).

**c. Reservas de Lucros****i. Reserva legal**

Constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**ii. Reserva de incentivos fiscais**

Constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia.

**iii. Reserva de lucros retidos**

Constituída por determinação do Estatuto Social da Companhia, como destinação de uma parcela do lucro do exercício.

**iv. Destinação de Resultados**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(17.569.429,80)</b>	<b>(26.141.571,57)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	36.180,94	36.786,72
<b>Total</b>	<b>(17.533.248,86)</b>	<b>(26.104.784,85)</b>
Destinação p/reserva de incentivos fiscais	7.639.350,42	6.523.839,33
Destinação p/reserva de lucros retidos	36.180,94	36.786,72
Utilização de Reservas p/ compensação do prejuízo do exercício	(7.675.531,36)	(27.667.829,96)
Prejuízos acumulados	(22.530.829,80)	(4.997.580,94)

A proposta de destinação do lucro do exercício de 2024 foi referendada na AGOE nº 106 de 29 de abril de 2025.

**d. Ações em tesouraria**

Sem movimentação durante o exercício 2025.

**23. Subvenções governamentais**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)**

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia tem a natureza de subvenção para investimento, sendo ela monetária e registrada pelo seu valor nominal.

Referente ao incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, no Estado de Sergipe, decorrente da aquisição de trigo a granel, o benefício concedido no exercício foi de R\$ 6.932.710,50 (R\$ 5.920,384,23 em 2024), alocado ao resultado na linha Tributos sobre vendas líquido dos impostos e contribuições.

**24. Receita líquida de vendas**

<b>Receita bruta</b>	<b><u>2025</u> Farinhas de trigo e derivados</b>	<b><u>2024</u> Farinhas de trigo e derivados</b>
<b>Mercado interno</b>	<b>106.667.714,81</b>	<b>137.064.631,42</b>
<b>Deduções sobre vendas</b>	<b>(17.356.835,03)</b>	<b>(29.194.180,10)</b>
Tributos	(21.761.969,27)	(32.877.248,90)
Incentivo fiscal PSDI	6.932.710,51	5.920.384,23
Devoluções	(2.527.576,27)	(2.237.315,43)
<b>Receita líquida</b>	<b>89.310.879,78</b>	<b>107.870.451,32</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**25. Despesas por natureza**

<b>Despesas de Vendas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários, encargos e serviços de terceiros	(5.038.932,39)	(5.047.164,58)
Gastos gerais	(1.743.198,32)	(2.145.055,27)
Comissões	(94.173,62)	(135.003,20)
Bonificações	(20.957,43)	(24.663,36)
Armazenagem	(1.778,10)	(3.419,14)
Fretes próprios	(1.322.197,91)	(1.955.437,53)
Fretes e carretos	(2.777.594,91)	(2.035.934,21)
Acordo comercial	(1.976.465,01)	(2.091.148,22)
Eventos e promoções	(2.283,05)	(4.553,91)
Propaganda e publicidade	(20.000,00)	(26.000,00)
Reversão (Provisão) créditos liquidação duvidosa	44.619,12	108.890,83
<b>Total</b>	<b>(12.952.961,62)</b>	<b>(13.359.488,59)</b>

<b>Despesas Administrativas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Folha de pagamento	(3.381.832,15)	(4.409.275,11)
Consultorias e assessorias	(5.281.963,13)	(5.258.084,30)
Despesas com viagens	(112.792,10)	(361.189,15)
Provisões trabalhistas	-	(11.223,46)
Depreciações e amortizações	(819.549,05)	(778.996,95)
Manutenções em geral	(15.675,36)	(316.425,65)
Demais despesas	(1.390.246,77)	(645.799,11)
<b>Total</b>	<b>(11.002.058,56)</b>	<b>(11.780.993,73)</b>

<b>Honorários da Administração</b>	<b>(2.115.000,00)</b>	<b>(2.280.000,00)</b>
------------------------------------	-----------------------	-----------------------

**26. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ajustes de exercício anterior	(1.193.052,91)	273.205,20
Alienação / Provisão líquida imobilizados e investimentos	1.435.397,70	(539,03)
Arrendamento do parque industrial de Maceió/AL	-	1.853.402,16
Outras receitas (despesas)	283.301,33	217.300,55
<b>Total</b>	<b>525.646,12</b>	<b>2.343.368,88</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em reais, exceto quando mencionado diferente)****27. Resultado financeiro**

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros, descontos obtidos e ressarcimento de custas	231.223,95	402.816,37
Jrs s/ exclusão do ICMS da BC do PIS/COFINS (vide NE 7.g)	578.987,32	427.375,51
Jrs s/processo indébito Eletrobrás	-	1.009.848,47
Rendimentos s/ aplicações financeiras	215.316,10	55.519,08
Variação cambial ativa	10.980.579,85	2.068.865,59
PIS/COFINS s/ receitas financeiras	(47.679,55)	(30.883,33)
<b>Total</b>	<b>11.958.427,67</b>	<b>3.933.541,69</b>

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IOF	(38.624,03)	(18.773,77)
Despesas bancárias	(89.765,61)	(102.578,51)
Juros e descontos concedidos	(14.646.003,98)	(8.168.747,36)
Multas compensatórias	2.225,26	372,30
Variação cambial passiva	(4.310.781,15)	(15.129.788,02)
<b>Total</b>	<b>(19.082.949,51)</b>	<b>(23.419.515,36)</b>

<b>Resultado financeiro</b>	<b>(7.124.521,84)</b>	<b>(19.485.973,67)</b>
-----------------------------	-----------------------	------------------------

**28. (Prejuízo) lucro por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao lucro (prejuízo) básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prejuízo do exercício da Companhia, em reais	(17.569.429,80)	(26.141.571,57)
Quantidade média ponderada de ações	44.000.000	44.000.000
Prejuízo básico/diluído por ação - (Valores expressos em reais)	(0,40)	(0,59)

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, exceto quando mencionado diferente)

**29. Seguros (não auditado)**

A Administração adota a política de contratação de seguros suficiente para garantir a integridade de seu patrimônio e continuidade de suas operações.

**30. Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis.

**31. Gerenciamento de riscos**

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão de contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e honorários advocatícios, em exercícios anteriores.

Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Fernando Munhós Thormann**  
Presidente

**Meline Camargo Matiotti**  
Vice-Presidente

**Anécia Severina Pereira Thormann**  
Conselheira

**Henrique Longo Thormann**  
Conselheiro

**Marlene Kerber Mello Godoy**  
Conselheira

**Pedro Tocchetto Thormann**  
Conselheiro

**DIRETORIA**

**André Reinaldo**  
Diretor Superintendente

**Marco Aurelio Sobral Furtado**  
Diretor Executivo

**Maria Rosiane Souza Silva**  
Contadora  
CRC SE-004644/O-2  
CPF 479.231.725-87